

Contas públicas Ideia é usar metade da verba para cumprir exigência do arcabouço fiscal

Governo quer emenda parlamentar para investir

Jéssica Sant'Ana e
Guilherme Pimenta
De Brasília

O governo quer que até metade do valor destinado às emendas parlamentares no Orçamento sirva para cumprimento do piso obrigatório de investimentos, criado pelo novo arcabouço fiscal. A previsão deve ser incluída no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLO) de 2025, a ser enviado em 15 de abril ao Congresso, apurou o Valor. A ideia já consta no texto-base que vem sendo trabalhado pela pasta.

O trecho incluído prevê que "no máximo a metade dos valores destinados às reservas previstas no § 5º (emendas individuais e de bancada) poderá ser considerada para fins de cumprimento do art. 10 (piso de investimento) da Lei Complementar nº 200, de 2023 (novo arcabouço), quando da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária de 2025".

É uma novidade em relação ao Orçamento deste ano, que também trouxe um piso para investimentos, mas sem destinar parte do valor das emendas.

Segundo um técnico do governo, a proposta se assemelha a um dispositivo que já existe na LDO sobre o piso saúde, em que até a metade do valor das emendas pode ser considerada para atendimento do mínimo constitucional dessa área. Pela Constituição, os parlamentares têm a obrigação de destinar metade da verba de suas emendas individuais para a saúde.

No caso do piso de investimentos, a argumentação do governo é que as emendas parlamentares são destinadas para financiar obras e projetos públicos, por isso a sugestão de incluir no PLO o aproveitamento de parte do valor para cumprimento do piso.

A medida abrirá espaço para que o governo possa, na Lei Orçamentária Anual (LOA), prever mais recursos para outras despesas discricionárias.

"Entendo que a medida pode ajudar o governo a cumprir a regra de fixar, no Orçamento, — o que é diferente de gastar — o mínimo de investimentos. É um paliativo encontrado, provavelmente, para lidar com o espaço cada vez mais exigido para as despesas discricionárias, diante do percentual de rigidez orçamentária e, vale dizer, do aumento do bolo de emendas parlamentares", afirma Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos e ex-secretário da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo.

Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão de monitoramento das contas públicas ligado ao Senado, avalia que a medida auxiliará na previsibilidade da alocação dos recursos do Orçamento. "É uma forma de abrir espaço no Orçamento com a sobreposição da obrigatoriedade de algumas despesas, como são os casos do piso de saúde e das emendas impositivas", explica.

O total a ser reservado para investimento em 2025 vai depender do valor do PIB que constar na peça orçamentária, já que o arcabouço fiscal prevê que o piso não pode ser inferior a 0,6% do PIB. A Warren prevê PIB nominal de R\$ 12,238 trilhões, o que daria um mínimo de investimento de R\$ 73,4 bilhões. O valor exato só será definido no envio da LOA.

Rafaela Vitória, economista-chefe do Banco Inter, aponta que "um dos problemas é que os gastos com emendas parlamentares não seguem necessariamente o planejamento que se precisa ter para investimentos, que são gastos plurianuais com foco no longo prazo, enquanto emendas são despesas e focam nos benefícios eleitorais de mais curto prazo".

"A capacidade de investimento público segue sendo limitada tanto pelo espaço no Orçamento como pela falta de gestão", analisou. Ela avalia que vincular emendas ao piso de investimento reduz o peso político para o Executivo contingenciar.

Procurado, o Ministério do Planejamento e Orçamento disse que não vai comentar.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Brasil **Caderno:** A **Página:** 5